

Cotidiano na mira



Fonte: Elaboração própria com ferramentas de inteligência artificial

*Este boletim é resultado do trabalho realizado pelos pesquisadores da
linha de pesquisa "Estudos Críticos Militares" do LabSEG*

Nessa edição

APRESENTAÇÃO

3

Cotidiano na Mira

Clarissa Nascimento Forner e Jana Tabak

ANÁLISES DE CONJUNTURA

Brincadeira como espaço político: A militarização do cotidiano e a agência das crianças

7

Alice França de Carvalho Miranda, Evelyn Barbosa da Silva e Maria Eduarda Oliveira Pereira

A farda que o cotidiano veste: a incorporação do militarismo na moda

12

Clara Klimeck Gouvea Gama e Sophia Ribeiro Siqueira

A violência como espetáculo: Tropa de Elite e a militarização do cotidiano

18

Maria Carolina dos Santos Peres e Pablo de Moraes Barros Vicente

Entre Aliados e Inimigos: a militarização das torcidas organizadas

23

Kamila Meyvis Pequeno dos Santos, Nicole Cordeiro Ribeiro Schmitt Cunha e Tiago Pacheco Barbosa

EXPEDIENTE

30

EQUIPE

30

COMO CITAR O BOLETIM LABSEG

31

APRESENTAÇÃO

Cotidiano na Mira

Clarissa Nascimento Forner¹ e Jana Tabak²

Nesta segunda edição do Boletim do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LabSEG) apresentamos os trabalhos desenvolvidos no âmbito da linha de pesquisa de Estudos Críticos Militares e do projeto “Cotidiano na Mira”, construído coletivamente por estudantes do Departamento de Relações Internacionais da UERJ (DRI-UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ (PPGRI-UERJ). A proposta desta coletânea consiste em investigar criticamente as múltiplas formas de manifestação dos militarismos e dos processos de militarização no cotidiano brasileiro. Neste volume, os artigos abordarão os atravessamentos dos respectivos processos na esfera cultural, contemplando uma gama diversa de temáticas que incluem brinquedos e infância, esportes e lazer, cinema e moda.

O campo dos Estudos Críticos Militares (CMS, na sua sigla em inglês) floresceu, em particular, na última década, ganhando espaço nos debates de Relações Internacionais e em associações acadêmicas relevantes como a EISA (European International Studies Association) e a BISA (British International Studies Association). Além disso, o campo de estudos adquiriu propulsão com o início da publicação da Revista Critical Military Studies, em 2016. Conforme as reflexões de Tidy (2025), a emergência dos Estudos Críticos Militares foi resultado da confluência de um conjunto de movimentos transdisciplinares com inspirações nas epistemologias e metodologias feministas e nas perspectivas críticas de Relações Internacionais. Ainda de acordo com a autora, embora o conceito de “crítica” possa assumir inúmeros significados, a partir das interpretações de distintas concepções teóricas, o elemento que as atravessa e as conecta é a disposição ao questionamento de estruturas dominantes associada ao desejo de intervenção e transformação da realidade social. Trata-se, como adicionam Guillaume e Grayson (2023, p.2), de uma “força” que conecta “nossos mundos com

1 Clarissa Nascimento Forner é docente pesquisadora do LabSEG e responsável pela linha de pesquisa de “Estudos Críticos Militares”. Contato: clarissafornier@gmail.com

2 Jana Tabak é docente pesquisadora do LabSEG e responsável pela linha de pesquisa de “Estudos Críticos Militares”. Contato: jtabak@gmail.com

outros”, animada por uma postura de insatisfação frente às opressões e violências que legitimam a manutenção do status quo.

Nesse diapasão, as abordagens mobilizadas pelos Estudos Críticos Militares propõem o tensionamento, interrogação e desmobilização de categorias tomadas frequentemente como estáveis, relacionadas às instituições militares e ao poder militar e suas ideologias (Basham e Bulmer, 2017; Stavrianakis e Stern, 2018). Suas contribuições mesclam inspirações das abordagens teóricas críticas de Relações Internacionais, da antropologia militar e da sociologia militar, que se estruturam, por exemplo, a partir do engajamento crítico e, muitas vezes, etnográfico com a instituição militar e suas ramificações. Na concepção de Basham e Bulmer (2017), esta profusão de perspectivas permite não apenas a desmobilização de categorias e conceitos, como militarismo e militarização, mas também uma ruptura em relação ao “solucionismo” presente nas abordagens da Ciência Política e, em especial, dos estudos tradicionais de relações civis-militares que, em geral, direcionam seus debates para o fenômeno do controle civil e a garantia da eficiência militar. A área de Estudos Críticos Militares, por seu turno, foca suas interrogações nos espaços cotidianos e nas reverberações do poder militar nas esferas sociais e culturais. Em mesma medida, também são problematizadas as incidências da instituição militar sobre a construção de subjetividades e a domesticação dos corpos que a ela se associam, direta ou indiretamente.

Dessa forma, a investigação crítica do militarismo e dos processos da militarização torna-se fundamental para a construção desse panorama. A partir de Cynthia Enloe (2000), compreendemos a militarização como um processo difuso e gradual que extrapola as instituições militares e permeia o cotidiano, moldando valores, aspirações, subjetividades e formas de vida. Mais do que a presença direta de exércitos ou o aumento de orçamentos militares, trata-se da normalização e naturalização de lógicas e valores militaristas que passam a orientar práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, influenciando desde a educação e o mercado de trabalho até a construção de papéis de gênero e de infância. O militarismo, por sua vez, refere-se ao conjunto de ideologias e práticas que culminam na sobrevalorização das ideias e comportamentos associados ao modo de vida e à organização militar, como a valorização às hierarquias, o belicismo e a mobilização constante para o conflito, as quais se relacionam com a reprodução dos sistemas de poder e dominação que permeiam os ordenamentos sociais de cada contexto histórico (Eastwood, 2018). Nesse sentido, os processos de militarização operam como uma transformação profunda que torna ideias e valores

militaristas não apenas aceitáveis, mas também desejáveis e percebidos como condição para o bem-estar individual e coletivo.

Ainda considerando as reflexões de Enloe (2000), a militarização e o militarismo se destacam por seu caráter “contraditório e perversivo”, cuja difusão nos espaços sociais é possibilitada não apenas por sua abrangência, mas também por seu caráter profundamente “ordinário”. Ademais, trata-se de processos que mobilizam múltiplas ambivalências e afetos, como a busca por estabilidade e segurança no cotidiano (Basham, 2018), a construção de noções de pertencimento e cidadania, e até mesmo o prazer e a diversão. Nesse sentido, a reflexão crítica nos permite compreender que estes arranjos aparentemente “inofensivos”, ensejam e reproduzem estruturas de violência que, por sua vez, se distribuem de forma desigual sobre distintos corpos e experiências, principalmente quando consideramos marcadores de gênero, raça e classe.

A experiência brasileira tem sido marcada, historicamente, pela forte presença e influência da esfera militar nos espaços civis e sociais. Na mesma medida, a combinação entre autoritarismo e militarismo, inflacionada em períodos como o regime militar (1964-1985), mas não circunscrita a este período, contribuiu para a consolidação de uma pujante produção teórica no país, principalmente por intermédio das reflexões da sociologia militar e da Ciência Política. No contexto contemporâneo, a rede de Estudos Críticos Militares Brasil (CMS Brasil), ainda em seus estágios iniciais, tem buscado integrar pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas, interessadas(os) na mobilização crítica dos debates sobre militarismo e militarização, para além das esferas decisórias e das epistemologias tradicionais.

Este boletim busca se somar a estes esforços tendo como direcionamento a problematização teórica destes processos e a construção coletiva de ferramentas para seu enfrentamento e superação. Reforçando as contribuições de Enloe (2000), afirmar que o militarismo e a militarização estão presentes não significa que eles sejam inescapáveis. Se, como aponta Furtado (2023), o militarismo e a militarização se constituem como princípios organizadores que “controlam as fantasias que podem emergir”, seu enfrentamento passa, necessariamente, pelo incentivo à construção de imaginários alternativos, os quais, de diferentes maneiras, perpassam as análises que compõem este boletim.

Além desta apresentação, o boletim é composto por quatro intervenções analíticas, produzidas coletivamente por pesquisadoras e pesquisadores do LabSEG. Em seu texto, Alice França, Evelyn Barbosa e Maria Eduarda Oliveira discutem a presença do militarismo e da militarização no

mundo dos jogos e das brincadeiras, bem como suas reverberações no campo da infância. Clara Klimeck e Sophia Ribeiro analisam a esfera da moda, discutindo a influência da militarização e do militarismo na produção de estilos e vestimentas, e possíveis manifestações de resistência. Maria Carolina Peres e Pablo Vicente, por sua vez, investigam o militarismo na indústria cinematográfica e nos filmes, problematizando a produção do filme brasileiro "Tropa de Elite" (Direção: José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007). Finalmente, Kamila Santos, Nicole Schmitt e Tiago Pacheco exploram o campo dos esportes e discutem a violência nas torcidas organizadas de futebol. A produção dos textos contou ainda com a orientação e curadoria de Camylle Caldas do Nascimento (mestranda do PPGRJ UERJ e pesquisadora do LabSEG) e Marcos Araujo (doutorando do PPGRJ UERJ e pesquisador do LabSEG).

Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASHAM, Victoria M. Liberal militarism as insecurity, desire and ambivalence: Gender, race and the everyday geopolitics of war. *Security Dialogue*. vol. 49, n.1-2, p. 32-43, 2018.

BASHAM, Victoria M.; BULMER, Sarah. Critical Military Studies as Method: An Approach to Studying Gender and the Military in: DUNCANSON, Claire; WOODWARD, Rachel, (eds.). *Palgrave International Handbook of Gender and the Military*. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 59-72.

EASTWOOD, James. Rethinking militarism as ideology: The critique of violence after security. *Security Dialogue*, vol. 49, n. 1-2, p. 44-56, 2018.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. California: University of California Press, 2000.

FURTADO, Henrique Tavares. Critique of ontological militarism. *International Political Sociology*, vol.17, p. 1-17, 2023.

GUILLAUME, Xavier; GRAYSON, Kyle. *Security Studies: Critical perspectives*. New York: Oxford University Press, 2023.

STAVRIANAKIS, Anna; STERN, Maria. Militarism and security: Dialogue, possibilities and limits. *Security Dialogue*. Vol. 49, n.1-2, p. 3 –18, 2018.

TIDY, Joanna. The conceptualisation and limits of 'critical' in critical military studies. *Critical Military Studies*, vol.12, n.1, p. 14-3

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Estudos Críticos Militares**

Título: **Brincadeira como espaço político: A militarização do cotidiano e a agência das crianças**

Autor: **Alice França, Evelyn Barbosa e Maria Eduarda Oliveira**

graduandas em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadoras do LabSEG

Data de publicação: **outubro, 2026**

Alice França de Carvalho Miranda: alicefrancacm@gmail.com

Maria Eduarda Oliveira Pereira: mariaeduardaop.0807@gmail.com

Evelyn Barbosa da Silva: evelynbarbosa315@gmail.com

No dia 26 de abril de 2017, uma equipe de policiais do 18º Batalhão de Polícia Militar de Jacarepaguá invadiu uma região isolada, próxima ao bairro Gardênia Azul, na zona sudoeste do Rio de Janeiro, com o objetivo de surpreender um suposto grupo de traficantes armados que, segundo a denúncia, se encontrava no local. Ao cercar o território e se aproximar para iniciar a abordagem, os militares se depararam com cinco crianças, entre 10 e 13 anos, brincando de “polícia e ladrão”. A brincadeira simulava uma espécie de boca de fumo, composta por fuzis de brinquedo, caderno de contabilidade do tráfico, notas de dinheiro falso impressas e sacos plásticos preenchidos com achocolatado e leite em pó, que representavam maconha e cocaína (Figura 1).

O episódio, noticiado na reportagem do Jornal EXTRA (Extra, Rio de Janeiro, 28 abr. 2017), nos revela uma série de elementos presentes na brincadeira das crianças que remetem à guerra e à própria lógica da violência militarizada: as armas de brinquedo improvisadas, a representação de drogas ilícitas e a proposta em si de (re)criar os papéis desempenhados pela figura de um policial e de um ladrão. Essa relação entre os brincares e a guerra não se limita à brincadeira da notícia, tampouco à presença de uma arma de brinquedo. Identificamos movimentos de construção de processos mais amplos de normalização e banalização da violência na cultura popular cotidiana e da despolitização da militarização e do militarismo a partir do brincar.



Figura 1- Material da brincadeira apreendido pelos policiais

Fonte: Jornal Extra (2017)

Nesse sentido, de acordo com a autora Cynthia Enloe, em sua obra *Maneuvers* (2000), ao se referir às latinhas de macarrão vendidas em supermercados no formato de satélites de Star Wars, a militarização não se restringe à formalidade do alistamento militar; trata-se de um processo de normalização de valores militares como respostas às (in)seguranças sociais que, por estarem presentes em sua forma cotidiana, dificilmente parecem ameaçadoras. Quando observamos as práticas militarizadas negociadas e vivenciadas no dia a dia pelas/dos/das crianças e nos espaços de brincadeiras, percebemos como esses valores militares, cravejados nas atividades mais comuns, podem parecer ainda menos ameaçadores. Isso ocorre justamente quando consideramos a infância como um imaginário social que opera ao naturalizar a distinção entre os limites da infância e da política, além de definir a brincadeira como “coisa de criança” e, portanto, segura e apolítica (Beier e Berents, 2023).

Tara Woodyer e Sean Carter chamam a nossa atenção, em seu capítulo *Toying with Militarization: Children and War on the Homefront* (2020), para o fato de que as crianças vivem os mais amplos mundos da militarização e de que é preciso ter certos cuidados ao olhar para o cotidiano. Localizar o militarismo e a militarização em meio aos lugares e às pessoas afetadas é se dar conta de que o cotidiano é um espaço de engajamentos, encontros e negociações que constituem e tornam esses processos possíveis, e não meros reflexos automatizados ou simples

consequências. Assim, as provocações trazidas por Enloe, Carter e Woodyer nos trouxeram outras importantes perguntas, dentre elas, a que orienta e guia a nossa breve discussão: de que maneira a brincadeira militarizada reconfigura politicamente os papéis sociais da criança e do brincar no cotidiano?

Ao deslocar a agência e a subjetividade política infantil para o primeiro plano, percebemos como as crianças misturam elementos reais e imaginários para navegar e negociar suas próprias concepções e entendimentos da realidade geopolítica nos espaços do brincar. De modo mais específico, quando encenam papéis ligados ao crime organizado ou às Forças Armadas, como na brincadeira de polícia e ladrão do episódio próximo ao Gardênia Azul, as crianças não estão necessariamente treinando para integrar o tráfico ou o batalhão da Polícia Militar no futuro, nem apenas reproduzindo mecanicamente os papéis que frequentemente observam no dia a dia. Estão, a partir de referências cotidianas e por meio do lúdico, experimentando e (re)produzindo diferentes papéis sociais que atravessam os territórios onde vivem e as pessoas com quem convivem¹.

No movimento de assumir o papel do policial ou do traficante, as crianças podem, sim, simular formas de exercer autoridade, estabelecer regras, definir quem pode ou não circular pelo território, vigiar, negociar e disputar espaços. Nesses processos, a brincadeira revela-se um lugar de produção de sentidos sobre as relações de poder que estruturam seu cotidiano e permite a elaboração de compreensões acerca do pertencimento territorial, das disputas que atravessam esses espaços e das múltiplas formas pelas quais o poder é exercido em seus contextos de vida.

Ao mesmo tempo em que esses aprendizados ocorrem, as crianças também (re)produzem certos binarismos e formas de exclusão inseridas no senso coletivo. Desse modo, elas negociam significados de segurança e perigo, constroem noções sobre quem protege e quem ameaça, quem é amigo e quem é inimigo, quem pode fazer uso da violência e em quais circunstâncias seu uso é percebido como legítimo. Nesse cenário, a violência deixa de ser entendida como algo excepcional e passa a ser vista como um evento ordinário, contribuindo para a banalização de práticas militarizadas, das relações de poder e das desigualdades sociais que moldam os cotidianos.

1 Compreender a brincadeira como um entrelugar (*in-betweenness*), ou seja, um espaço relacional no qual fronteiras como civil/militar; infância/vida adulta e realidade/fantasia se tornam porosas e passíveis de negociação, permite olhar para a criança não apenas como reprodutoras de discursos militarizados, mas como sujeitos ativos que se apropriam, transformam e desestabilizam essas fronteiras ao produzirem novos sentidos do que é violência, segurança e infância. (MCDONNELL, 2019, *apud* WOODYER; CARTER, 2020)

Essa banalização pode produzir efeitos sobre a própria maneira como a violência é compreendida, tornando determinadas práticas menos suscetíveis ao questionamento e fazendo com que respostas baseadas na vigilância e no confronto sejam percebidas como comuns ou até mesmo necessárias. Assim, é construída uma familiaridade com a ideia de que determinados tipos de sujeitos representam perigo e, portanto, devem ser perseguidos e eliminados, o que contribui para a reprodução de hierarquias entre aqueles que ocupam o lugar de protetores e aqueles reconhecidos como ameaças.

Ao alternar entre os papéis de policial e de traficante, criar regras próprias e redefinir os desfechos da brincadeira, as crianças participam da produção cotidiana dos significados que organizam essas relações. Por meio da encenação, negociação e ressignificação de um repertório de ações de sujeitos, como um policial ou um bandido, evidencia-se que tais distinções não são naturais e sim construídas e normalizadas nas próprias práticas sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a brincadeira é militarizada e que a militarização também é brincada: por meio da brincadeira, a agência da criança desestabiliza os limites entre política e “coisa de criança”, isto é, as crianças deixam de ocupar a posição de meros objetos militarizados e passam a atuar sobre as próprias práticas militarizadas.

Dessa forma, a reflexão crítica sobre os processos de militarização da brincadeira precisa, necessariamente, passar pelo reconhecimento da autonomia e da agência da criança enquanto sujeito político formado e formador de suas vivências cotidianas. Como já ilustrado, a militarização não se traduz única e exclusivamente em quartéis ou fardas; manifesta-se, por exemplo, em latas de macarrão em conserva e em brincadeiras, como a de polícia e ladrão. Diante disso, nosso texto buscou desestruturar a naturalidade com que o poder militar se constrói e é negociado no cotidiano, mostrando como a ação do brincar articula papéis, recria conflitos e produz sentidos sobre o mundo, revelando a criança como sujeito político ativo.

Entretanto, um olhar atento à brincadeira militarizada envolve interrogar o papel desempenhado por suas características particulares e questionar as estruturas de desigualdade e de dominação que facilitam sua reprodução de forma natural no cotidiano. Isso nos leva a não esgotar o debate sobre a relação entre a militarização e a brincadeira e a ressaltar muitas outras discussões atreladas que permanecem em aberto, sendo algumas delas: será que crianças de diferentes contextos sociais são percebidas da mesma forma ao brincar? Quando uma criança negra empunha

um fuzil de brinquedo, está brincando ou oferecendo risco? Por que a mesma brincadeira, praticada por corpos diferentes, desperta reações tão distintas do Estado e da sociedade? E, sobretudo, quem decide onde termina a brincadeira e começa a ameaça?

Nossa intenção foi justamente perturbar questões normalmente marginalizadas no campo das Relações Internacionais e abrir espaço para que mais perguntas sobre a temática surjam, porque acreditamos que perguntas têm o poder de desordenar, pôr em dúvida certezas supostamente inquestionáveis e abrir espaço para outras alternativas. Portanto, ignorar a agência política da criança e os efeitos da militarização do brincar não é uma lacuna teórica; é uma escolha política que silencia perspectivas fundamentais sobre como a guerra, a violência e a autoridade são vivenciadas e compreendidas na própria brincadeira. Com isso, concluímos que, ao olhar para o cotidiano das crianças, evidencia-se o lugar da brincadeira e do brinquedo como, definitivamente, o espaço da política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIER, J. Marshall. Not the usual suspects: making child soldiers in the gunsight. *Civil Wars*, 2024. DOI: 10.1080/13698249.2024.2306594.

ENLOE, Cyntia. *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley: University of California Press, 2000.

"Há um glamour em torno do bandido", diz antropólogo sobre crianças brincando de ser traficantes". *Extra*, Rio de Janeiro, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ha-um-glamour-em-torno-do-bandido-diz-antropologo-sobre-criancas-brincando-de-ser-trafficantes-21268167.html> . Acesso em: 6 jun. 2026.

WOODYER, Tara; CARTER, Sean. Toying with Militarization: Children and War on the Homefront. In: Beier, Marshall J. *Discovering Childhood in International Relations*. 1ª Edição. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan Cham, 2020. p. 155-189.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Estudos Críticos Militares**

Título: **A farda que o cotidiano veste: a incorporação do militarismo na moda**

Autor: **Clara Klimeck e Sophia Ribeiro**

graduandas em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadoras do LabSEG

Data de publicação: **outubro, 2026**

Clara Klimeck Gouvea Gama: claraklimeck@gmail.com

Sophia Ribeiro Siqueira: sophiars2206@gmail.com

Moda é tudo aquilo que se expressa por meio da vestimenta. Moda manifesta personalidade, autoconhecimento, representatividade e identidade – tanto individual quanto coletiva. Moda é arte, é política, é reflexo da cultura e dos valores de cada sociedade. O artigo “A moda pode ser uma ferramenta política?” (2021) expressa de maneira concisa essa ideia:

Dentro dos movimentos sociais, a moda é importante símbolo político pois carrega significados para grupos, sendo até plataforma de diálogo. As roupas comunicam tanto quanto cartazes, reafirmando as escolhas pessoais dos indivíduos por inclusão, ou sua não inclusão, em certos debates, religiões, movimentos, grupos etc.” (Do Valle; Gimenez, 2021, p.6).

Entende-se, portanto, que a moda ultrapassa uma função “utilitária” de cobrir o corpo e assume um papel social e político na construção de um sistema de signos que reflete as preferências, inconscientes ou não, de quem a veste. A presente análise, assim, busca abordar a presença do militarismo na moda civil e as possibilidades de se refletir sobre a moda como instrumento de questionamento a este processo.

Os diversos elementos que compõem as roupas, como cores, estampas e modelagens, contribuem para a construção e transmissão de mensagens. As cores provocam choques visuais e evocam sensações, enquanto as estampas, por meio de um padrão de repetição de elementos gráficos, comunicam referências. De forma ilustrativa, a cor verde oliva, mais conhecida como “verde-militar” e o padrão de camuflagem passaram a ser vistos como símbolos de prontidão e versatilidade (Queiroz, Vitor. 2022). Contudo, esses componentes estéticos, originados na esfera militar, são

marcadores visuais e simbólicos do universo castrense, que foram gradualmente apropriados e ressignificados pela esfera civil.

A tendência militar(izada) na moda também é representada por calças cargo, botões grandes, correntes, *spikes* ("espinhos") e bolsos variados. Essas peças e acessórios contribuem para a naturalização e banalização de símbolos associados à guerra e à violência, uma vez que as peças que foram criadas para um contexto de combate passam a ser consumidas em um contexto civil. Como observa Cynthia Enloe (2000, p. 3, tradução nossa), "a militarização é um processo tão onipresente e, portanto, tão difícil de erradicar, justamente porque em suas formas cotidianas, dificilmente parece representar uma ameaça". Com isso, a difusão desses elementos visuais no cotidiano constitui uma manifestação da militarização na cultura e no corpo social.

A moda faz parte da coletividade e, nesse sentido, diz respeito à expressão de valores predominantes em determinados períodos (Do Valle; Gimenez, 2021, p.6). A partir disso, argumenta-se que é possível usar o vestuário para pensar processos históricos de militarização e militarismo, uma vez que a inserção dos símbolos militares na moda pode ser encarada como expressão dos valores do século XX, particularmente, do período das Guerras Mundiais (1914-1945). Tal momento pode ser considerado como um dos marcos do entrelaçamento entre o mundo civil e o mundo militar, no qual o alistamento em massa e obrigatório, a escassez de recursos e a mobilização total da indústria para a produção bélica foram características dominantes, reforçando a porosidade entre as duas esferas. Contudo, foi especificamente durante a Segunda Guerra Mundial que se notaram mudanças significativas no campo do vestuário. Anteriormente à guerra, as modelagens ocidentais eram marcadas pela opulência e sofisticação, com cortes fluidos, detalhes ornamentais e extravagância, refletindo um estilo de vida burguês e despreocupado, símbolo de *status* social (Morais, 2025, p. 30) (Figura 1).

Entretanto, o consequente racionamento de tecidos contribuiu para uma rápida necessidade de adaptação, transformando radicalmente as tendências durante e após o conflito, que refletiam as novas demandas de funcionalidade e austeridade. A adoção de elementos militares na moda civil, como o uso de fibras sintéticas, cortes retos, simples e estruturados, e paletas de cores neutras, marcou uma mudança drástica em relação à moda luxuosa de antes da guerra (Figura 2). Os tecidos sintéticos desenvolvidos surgiram primeiramente com o objetivo de atender às necessidades militares como rápida secagem, elasticidade e resistência, mas depois passaram a se incorporar ao vestuário civil (Morais, 2025). Atualmente, o vestuário militar já se encontra ordinariamente inserido

na cultura, sendo associado com um estilo forte, ousado e de prontidão. Assim, compreende-se, por esta breve análise histórica, como esses símbolos vieram a permear a esfera civil, bem como suas problemáticas e contradições.



Figura 1 – Moda feminina na década de 1920
Fonte: V&A Collection (2009).



Figura 2- Vestuário feminino na década de 1940
Fonte: V&A Collection (2013).

Durante os anos 1960 e 1970, diversos movimentos de contracultura subverteram o estilo castrense como forma de expressão. Essa apropriação foi amplamente facilitada pelo crescimento do mercado de roupas de segunda mão, particularmente, de excedentes militares. Desse modo, é possível refletir sobre o uso desses elementos imbuído de uma dupla significação: por um lado, interpretado como uma prática subversiva, que representa rebeldia e resistência à violência estatal, na qual a personalização de fardas serve para contradizer a função hierárquica do uniforme (Cartron, 2020), enquanto por outro lado, utilizar-se dessas peças também pode contribuir para a reprodução e o reforço dos valores que tais signos evocam.

No Brasil, um dos símbolos da oposição ao regime militar (1964-1985), a estilista brasileira Zuleika de Souza Netto ("Zuzu" Angel), representa um exemplo de como a moda pode atuar como instrumento de denúncia política e resistência social. Zuzu iniciou sua trajetória profissional em meados dos anos 1950, com criações que transmitiam ideias de brasilidade, destacando elementos da fauna e da flora, bem como temas folclóricos e regionalistas, o que contribuiu para consolidar uma estética brasileira no cenário da moda internacional (Schemes; Araújo; Puhl; 2012).

No ano de 1967, três anos após o início do regime militar, Zuzu realizou o desfile *Fashion and Freedom* (Moda e Liberdade), no qual apresentou uma crítica ao contexto político brasileiro da época. Entretanto, no ano seguinte, a situação política tornou-se ainda mais autoritária com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado pelo presidente Costa e Silva, intensificando a repressão aos opositores do regime, sobretudo, estudantes, intelectuais e militantes políticos, além da suspensão de direitos civis. Nesse contexto, Stuart Edgard Angel Jones, primogênito de Zuzu Angel, aderiu ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização de resistência à ditadura militar (Schemes; Araujo; Puhl, 2012).

Enquanto Zuzu alcançava reconhecimento internacional no universo da moda, seu filho atuava ativamente na luta contra a opressão militar. Em maio de 1971, Stuart foi preso, torturado e assassinado pelos órgãos de repressão do regime. Diante desse cenário, a estilista transformou sua dor pessoal em uma forma de luta política por meio de suas roupas. Zuzu denunciava os crimes cometidos pela ditadura e exigia o reconhecimento da morte de seu filho, enquanto o governo negava qualquer envolvimento em seu desaparecimento. Suas coleções passaram, então, a incorporar símbolos explícitos da violência militar, com desenho de pássaros enjaulados, canhões e tanques militares (Tait; Simili, 2017), utilizando a moda como linguagem de denúncia (Figuras 3 e 4).



Figura 3- Vestido como denúncia (1971)

Fonte: Acervo digital do instituto Zuzu Angel



Figura 4- Tanque no detalhe do vestido (1971)

Fonte: Acervo digital do instituto Zuzu Angel

Em 1976, a estilista morreu em um acidente de carro no Rio de Janeiro. Embora o laudo tenha apontado o caso como um acidente, investigações posteriores reconheceram que sua morte foi planejada por agentes ligados ao regime militar (Schemes; Araujo; Puhl, 2012), já que Zuzu Angel era representada como uma ameaça à ordem vigente.

Por fim, é possível aprofundar-se nos efeitos e reverberações dos símbolos militares no corpo social. Para Cynthia Enloe, tornar-se militarizado é também assimilar valores, como a crença em hierarquia, obediência e a sobrevalorização do uso da força (*apud* Shepherd, 2018). Nessa perspectiva, ponderar sobre a militarização a partir da lente da moda é compreender como o uso de peças inspiradas em uniformes dos soldados também reflete, ainda que indiretamente, a incorporação de ideias como a disciplina, a ordem e a violência (Morais, 2025, p. 32). Assim, sendo a

moda um espelho direto das condições de vida e dos anseios de uma sociedade, a normalização de características castrenses na indumentária civil representa uma incorporação desses valores no ideário coletivo. Considerando a dupla dimensão da moda, que ao mesmo tempo atua na individualização e constrói identidades coletivas para um povo, a politização pode ser um elemento imprescindível para a conscientização sobre o militarismo entremeado no cotidiano. Os exemplos da contracultura e o caso de Zuzu Angel são ilustrativos, posto que foram capazes de subverter a lógica da banalização, utilizando-se dos mesmos signos que uma vez oprimiram, os transformando em denúncia e manifesto contra uma ordem opressora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTRON, Iris. *Prestiges de l'uniforme: le vêtement militaire dans la mode française (années 1960 - années 1980)*. Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne: Paris, 2020.

DO VALLE, Vinicius; GIMENEZ, Ana. A moda pode ser uma ferramenta política? *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 8, p. 76349-76355, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-044.

ENLOE, Cynthia. *Maneuvers: the international politics of militarizing women's lives*. Berkeley: University of California Press, 2000.

INSTITUTO ZUZU ANGEL. *Acervo Digital Zuzu Angel*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.zuzuangel.com.br/vestuario/vestido-de-protesto-politico-manga-longa>. Acesso em: 11 set. 2026.

MORAIS, José. *Moda, história e política: o impacto da Segunda Guerra Mundial na silhueta da moda europeia*. 2025. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design de Moda). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2025.

QUEIROZ, Vitor. *Do combate para a moda: a história da camuflagem*. Not The Samo Zine, [S.l.], 2022.

SCHEMES, Claudia; DE ARAUJO, Denise; PUHL, Paula. As manifestações femininas na tela: Zuzu Angel e a moda-protesto. *Polêm!ca*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 285-306, 2012. DOI: 10.12957/polemica.2012.3101.

SHEPHERD, Laura. *Militarisation*, In: BLEIKER, Roland. *Visual Global Politics*. New York: Routledge, 2018. p. 209-215.

TAIT, Tania Fatima Calvi; SIMILI, Ivana Guilherme. *Moda, beleza e sedução femininas como arma na luta política*. In: Congresso Internacional de História. Universidade Estadual de Maringá, 2017. p. 1465-1472. DOI: 10.4025/8cih.pphuem.3503

VICTORIA; ALBERT MUSEUM. *Fashion Design*. Disponível em: <<https://collections.vam.ac.uk/item/O1261498/fashion-design-sheffield-kathleen-katrina/>>. Acesso em: 21 sept. 2026.

VICTORIA; ALBERT MUSEUM. *Fashion Illustration*. Disponível em: <<https://collections.vam.ac.uk/item/O575672/fashion-illustration-fanny-fern-fitzwater/>>. Acesso em: 21 sept. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Estudos Críticos Militares**

Título: **A violência como espetáculo: Tropa de Elite e a militarização do cotidiano**

Autor: **Maria Carolina Peres e Pablo de Moraes Barros Vicente**

graduandos em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadores do LabSEG

Data de publicação: **outubro, 2026**

Maria Carolina dos Santos Peres: mariacarolinaperes.ri@gmail.com

Pablo de Moraes Barros Vicente: pablovicente2405@gmail.com

A militarização do cotidiano, questão central deste boletim, pode ocorrer em diversos âmbitos, sejam eles educacionais, políticos e/ou culturais. Considerando essas possibilidades, aqui analisamos como a militarização do cotidiano assume formas a partir de um produto do audiovisual nacional: o filme *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha. A obra alcançou sucesso internacional ao contar a história do processo de “pacificação” do Morro do Turano em 1997, orquestrado pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Ao representar a atuação do BOPE no Rio de Janeiro, o filme, por meio de símbolos e escolhas estéticas, reitera determinadas percepções que reproduzem ideais militaristas de ordem, disciplina, hierarquia, culto à autoridade, que ultrapassam o campo estritamente militar e passam a organizar a nossa compreensão da vida cotidiana. A partir disso, analisamos como *Tropa de Elite* contribui para que ideias militaristas sejam apresentadas como formas possíveis e até desejáveis de compreender a realidade e de resolver os problemas da violência na cidade. Com base nos Estudos Críticos Militares, exploramos como as fronteiras entre o militar e o civil são reproduzidas no filme, articulando dicotomias entre guerra e paz, soldado e civil, nacional e internacional como aparentemente sólidas e naturais. Desse modo, a questão central desse boletim é compreender como a obra cinematográfica *Tropa de Elite* opera como meio de reprodução da militarização, uma vez que o audiovisual é uma forma de comunicação presente no cotidiano da maioria da população. Para isso, analisaremos elementos da própria obra que contribuem para a (re)produção de uma lógica militarizada, tais como a representação dos personagens, os recursos narrativos, a estética e as imagens do filme como um todo.

Para entender como o filme (re)produz a militarização, faz-se necessário observar como os símbolos, as estéticas e os discursos presentes em *Tropa de Elite* constroem sentidos e interpretações sobre temas como a violência, a produção da ordem e a polícia. A construção desses sentidos se dá pela articulação de determinados elementos audiovisuais, como imagens, sons, enquadramento, a própria narrativa e a caracterização dos personagens, que materializam na tela a lógica de confronto militar na obra, ativando uma gramática de guerra, em que relações próprias do cotidiano civil passam a ser compreendidas por meio de categorias como inimigo, combate, controle e proteção. Dessa forma, o filme reforça ao telespectador a perspectiva do campo militar, associando o cotidiano a uma situação de guerra constante, em que a violência é apresentada como necessária e há um inimigo a ser controlado e/ou eliminado.

Nesse sentido, a construção dos personagens e a própria linguagem cinematográfica da obra também reforçam esses ideais principalmente na forma como esses elementos estabelecem, no filme, uma dualidade entre quem representa a ordem e quem representa o caos e, portanto, quem merece ser "punido". Um exemplo disso é a figura do Capitão Nascimento, protagonista do filme e interpretado por Wagner Moura, que se apresenta como o típico cidadão de bem que, sob a figura do BOPE, representa um homem ético, incorruptível e portador de bons valores, tornando o personagem identificável à população brasileira. A identificação com o personagem de Wagner Moura também é reforçada por sua narração em primeira pessoa, o que faz com que o telespectador acompanhe o filme a partir das interpretações do próprio personagem sobre a realidade, aproximando-o do público e tornando suas escolhas aceitáveis e, muitas vezes, compreensíveis.

Além disso, a dicotomia entre a Polícia Militar e o BOPE é fundamental para a lógica militarizada do filme. Ao representar a Polícia Militar como corrupta e ineficiente e o BOPE como eficiente e honesto, o filme induz a pensar que o Estado falhou por causa de um "outro" (PM, bandidos, corruptos), ao passo que justifica o fortalecimento de um "eu" íntegro (BOPE), autorizando a lógica de extermínio e violência como a única solução viável, seja nas práticas policiais diretas, seja, sobretudo, no imaginário popular. Como dito pelo Capitão Nascimento, no monólogo de abertura do filme: "*No Rio de Janeiro, quem quer ser policial tem que escolher: ou se corrompe, ou se omite, ou vai pra guerra.*"

Aqui, podemos perceber a escolha da palavra *guerra* como essencial à análise, contribuindo para a compreensão de como a obra borra as fronteiras entre o militar (soldado) e o policial. Ao afirmar que o policial *precisa ir pra guerra*, o filme desloca a lógica militar para o espaço doméstico/nacional,

provocando o uso de estratégias militares de confronto e violência para justificar a atuação policial cotidiana. Além disso, a gramática da guerra pressupõe a existência de um inimigo a ser combatido, o que torna necessária a classificação de determinados sujeitos e territórios como ameaças a serem identificadas e controladas pelo poder militar. Isso é visível no filme quando olhamos para a favela como uma zona de guerra, onde há policiais, representantes do Estado, articulados como os garantidores da ordem social (BOPE) e inimigos (população) que entram em combate.

Ao analisar a linguagem cinematográfica do filme, percebemos que ela contribui igualmente para a reprodução do discurso militarizado. Durante as cenas de confronto, os movimentos bruscos de câmera colocam o espectador em “primeira pessoa”, sempre acompanhando de perto a movimentação dos policiais, como se estivesse vivenciando a história ao lado deles.



Figura 1- Mathias apontando uma arma para o “Baiano” (antagonista central da obra)
Fonte: Tropa de Elite (2007)

Dessa forma, o público vivencia a violência apresentada no filme quase de forma lúdica, fazendo com que as torturas, as invasões e as execuções do filme sejam percebidas e aceitas como elementos naturais - ou até mesmo celebradas. Além disso, a montagem acelerada, os sons frenéticos de tiros, o uso de palavrões e músicas intensas contribuem para uma estética de guerra, na qual a violência e o uso da força são apresentados como justificáveis para alcançar os objetivos do BOPE. Diante disso, a obra gerou grande comoção popular e consequências sociais que, por sua vez, são passíveis de análise. Ao expor cenas de violência extrema de maneira justificável e moralmente elevada, *Tropa de Elite* reafirma ao espectador que esse tipo de ação pode (e deve) ser realizado pelos órgãos de segurança pública, uma vez que tais agressões geram resultados “positivos” sob a ótica de uma força de guerra que, por meio da violência, alcança seus objetivos, isto é, o restabelecimento da ordem e da segurança pública.



Figura 2 - Capa da revista Veja, publicada em 2010, divulgando o filme Tropa de Elite 2, com foco na figura do Capitão Nascimento

Fonte: Revista Veja (2010)

Nessa lógica, é possível notar como, em vez de repudiar as inúmeras agressões e as violações dos direitos humanos que o filme demonstra, parte do público e da mídia, expressa no massivo sucesso de bilheteria e nas manchetes da época, enxerga nos agentes de segurança a figura de heróis incompreendidos, arquétipos militaristas e masculinizados, reproduzidos no imaginário do cotidiano brasileiro. Ainda assim, um olhar atento à composição dessa audiência é necessário, tendo em vista sua falta de homogeneidade, a complexidade do processo de militarização e seu atravessamento pelos diversos espaços sociais.

Desse modo, é preciso compreender que há uma discrepância na punição promovida pelos agentes de segurança pública, visto que, para os criminosos racializados da favela, existe o espetáculo da punição pública, sem a intenção de disciplinar, apenas de eliminar. Por outro lado, na

cena em que o BOPE encontra os estudantes brancos de classe média que estão comprando drogas, há uma violência disciplinadora que, por mais que seja pública e vexatória, não visa à sua eliminação. Em meio às diferentes expectativas raciais mobilizadas pela estética militarizada no filme, o público recebe um discurso estatal violento, perpetrado por personagens retratados como heróis populares. Neste enquadramento, os espectadores refletem socialmente os ideais de militarização que a obra explicita, entre os quais se destacam o ordenamento hierárquico, a violência para a promoção da ordem social e a retórica do BOPE, segundo a qual a morte é o único fim para os criminosos.

Em suma, a análise da obra *Tropa de Elite* nos permite compreender como a militarização do cotidiano brasileiro pode ser interrogada a partir de um produto audiovisual nacional, ao reconhecer que o cinema não é um espaço neutro, marcado apenas pelo entretenimento, mas um espaço político de disputas narrativas e de significados. Desse modo, é preciso reforçar que a obra não funda os ideais de militarização, tampouco o imaginário punitivista nacional, mas, ao dar forma e visibilidade a esses ideais, reproduz, organiza e aprofunda essas noções. Assim, a recepção desses significados provoca a consolidação de um cotidiano militarizado, no qual a sociedade passa a enxergar a segurança pública por meio de ideais bélicos, além de legitimar a espetacularização da tortura e da violência contra a população marginalizada. Portanto, para desmilitarizar o nosso cotidiano, é necessário um esforço crítico capaz de impulsionar a identificação e denunciar signos, tradições, estéticas e ideologias que reforcem e banalizem esses ideais. Nessa lógica, também por meio do audiovisual, repensar formas de organização territorial e a relação punitivista das forças policiais com a população é uma via produtiva para resistir aos efeitos persuasivos da militarização no cotidiano ao buscar transformar o imaginário popular brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007. 1 DVD (115 min).

GONZAGA DE BRITO, Márcia *et al.* O REALISMO AFETIVO EM ELITE DA TROPA E A ESTÉTICA DO CHOQUE EM TROPA DE ELITE. In: [S.d.]. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/ctch/let/marcia.pdf>.

LUTZ, Catherine. Making War at Home in the United States: Militarization and the Current Crisis. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3567250>.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Estudos Críticos Militares**

Título: **Entre Aliados e Inimigos: a militarização das torcidas organizadas**

Autor: **Kamila Santos, Nicole Schmitt e Tiago Pacheco**
graduandos em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadores do LabSEG

Data de publicação: **outubro, 2026**

Kamila Meyvis Pequeno dos Santos: kamilasantos60592@gmail.com

Nicole Cordeiro Ribeiro Schmitt Cunha: nicolecrschmitt@gmail.com

Tiago Pacheco Barbosa: tiagopbarbosa2002@gmail.com

No Brasil, o futebol se configura como um dos fenômenos socioculturais mais difundidos, atravessando diferentes espaços sociais e integrando o cotidiano de amplos setores da população, independentemente de gênero, raça, classe ou religião. Segundo dados da revista Nexus em conjunto com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), 73% dos brasileiros costumam assistir a partidas de futebol (NEXUS, 2025). Embora seja frequentemente associado ao lazer, à identidade e ao pertencimento, o futebol também constitui um espaço atravessado por disputas, conflitos e diferentes formas de violência, especialmente aquelas envolvendo torcidas organizadas.

As torcidas organizadas surgiram no Brasil a partir da segunda metade do século XX e se consolidaram como associações permanentes de torcedores com características próprias, como regras internas, diretorias e mecanismos de organização coletiva (Hollanda, 2008). Muito além de grupos destinados ao apoio aos clubes durante as partidas, essas organizações constroem redes de pertencimento, lealdade e identificação coletiva que extrapolam o ambiente dos estádios, influenciando práticas, relações e formas de sociabilidade entre seus integrantes. Nesse contexto, as características particulares das torcidas organizadas, como citado anteriormente, se estruturam em práticas que remetem ao militarismo, frequentemente relacionadas às imagens masculinizadas de competitividade, confronto, disciplina, hierarquia e lealdade. A capilaridade da militarização ao penetrar valores e práticas no cotidiano civil condiciona a percepção social da violência e da preparação para a guerra como fenômenos sociais legítimos (Eastwood, 2018).

As relações entre as torcidas organizadas extrapolam a rivalidade entre os clubes que representam, e ao longo de sua consolidação, esses grupos passaram a estabelecer alianças e inimizades que organizam formas de cooperação, reciprocidade e conflito em escala nacional. Essas conexões influenciam desde a circulação das torcidas pelo território até a realização de caravanas, bem como o apoio entre grupos aliados e a definição dos adversários em confrontos, constituindo uma dimensão central da dinâmica das torcidas organizadas. Historicamente, as caravanas contribuíram para a maior estruturação das torcidas e para a ampliação das relações entre diferentes grupos, favorecendo o surgimento de alianças, especialmente a partir da criação do Campeonato Nacional, no início da década de 1970 (Hollanda, 2016, p. 392). Ao longo do tempo, essas relações constituíram redes nacionais de alianças e inimizades entre as torcidas organizadas, que envolvem vínculos de parceria, solidariedade e conflitos (Cabrera; Sousa; Sudário, 2025).

Essa organização pode ser observada no Mapa das Alianças entre Torcidas Organizadas (2024), elaborado a partir do Relatório Violências e Convivências no Futebol¹. O mapa reúne cinquenta e duas torcidas organizadas distribuídas em cinco grandes redes de alianças (Punho Cruzado, Dedo Pro Alto, Punho Colado, Lado A e Lado B)² e demonstra que as relações entre esses grupos não se restringem às rivalidades entre clubes, mas compõem uma rede nacional de amizades e inimizades. Além de identificar quais torcidas são aliadas ou adversárias, o mapa evidencia que essas relações obedecem a uma lógica própria de organização, responsável por orientar vínculos de cooperação, proteção mútua e antagonismo entre diferentes grupos.

1 O relatório Violências e Convivências no Futebol é um produto do Observatório Social do Futebol, iniciativa vinculada ao Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte (LEME) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O relatório quantifica, classifica, mapeia e analisa os casos de violência física no futebol brasileiro, a partir de dados midiáticos em veículos tradicionais e redes sociais de relevância para a temática.

2 A União Punho Cruzado é a primeira e mais tradicional torcida organizada, composta pela Torcida Jovem Fla (Flamengo), a Torcida Independente (São Paulo), a Máfia Azul (Cruzeiro), a Camisa 12 (Internacional), a Torcida Jovem do Sport (Sport), a Dragões Atleticanos (Atlético-GO), a Pavilhão Jovem (Vitória), a Guerrilha Jovem (Criciúma), os Piratas Azulinos (Remo) e a Facção Jovem (Campinense). A União Dedo Pro Alto, por sua vez, se criou em oposição à Punho Cruzado, sendo formada por torcidas rivais como a Mancha Alviverde (Palmeiras), a Força Jovem (Vasco da Gama), a Galoucura (Atlético-MG) e a Geral do Grêmio. A Punho Colado é formada pela Young Flu (Fluminense), a Fúria Independente (Paraná Clube), a Fúria Independente (Guarani), a Leões da TUF (Fortaleza), a Esquadrão Vilanovense (Vila Nova), a Máfia Vermelha (América-RN), a Falange Tricolor (Fluminense de Feira), a Torcida Jovem do Galo (Treze-PB) e a Pavilhão 6 (Remo). Lado A e Lado B se referem a uma dinâmica especialmente do Norte e Nordeste do país, em que o Lado A é composto por Leões da TUF (Fortaleza), Inferno Coral (Santa Cruz), Mancha Azul (CSA), Máfia Vermelha (América-RN) e Trovão Azul (Confiança), e o Lado B inclui a Cearamor (Ceará) como principal pilar e idealizadora; o grupo ainda reúne torcidas como a Garra Alvinegra (ABC), Fanático (Náutico), Comando Alvi-Rubro (CRB), Terror Bicolor (Paysandu) e Jovem do Botafogo-PB.

Segundo a análise apresentada no próprio mapa, essa dinâmica pode ser compreendida a partir do princípio conhecido na literatura socioantropológica como “síndrome do beduíno”, sumarizada pela máxima de que: “o amigo do meu amigo é meu amigo; o inimigo do meu inimigo é meu amigo; o amigo do meu inimigo é meu inimigo; e o inimigo do meu amigo é meu inimigo” (Nepomuceno et al., 2022). Embora esse princípio não opere de forma absoluta, existindo conflitos entre torcidas pertencentes ao mesmo bloco e alianças que atravessam essas divisões, ele constitui uma parte importante para compreender como as relações entre as organizadas são continuamente construídas e ressignificadas. Ainda que essas alianças também possibilitem relações de solidariedade, apoio logístico e cooperação entre grupos aliados, essas práticas não se opõem à lógica “amigo/inimigo”. Pelo contrário, a reforçam, uma vez que a construção das alianças pode estar relacionada tanto à identificação de adversários comuns quanto a outros fatores de aproximação entre as torcidas, como a hospitalidade ou hostilidade na recepção, o grau de rivalidade entre os clubes e os contatos pessoais entre as lideranças (Hollanda, 2016, p. 392). Assim, cooperação e antagonismo constituem dimensões complementares das relações entre as torcidas.

O apoio logístico também ultrapassa as fronteiras nacionais, fazendo parte das relações estabelecidas entre torcidas de diferentes países. Um exemplo é a relação entre a Fla Manguaça, torcida organizada do Flamengo³, e a La Barra 14, do Lanús⁴, que envolve recepção e apoio durante os deslocamentos entre Brasil e Argentina (Calvano, 2025). A lógica da síndrome do beduíno aproxima essas relações dos conceitos de militarismo e militarização desenvolvidos por (Eastwood, 2018), em que a constante definição de aliados e adversários orienta a circulação das torcidas, estrutura relações de reciprocidade, proteção mútua e estabelece quem deve ser defendido e quem representa uma ameaça. Nesse sentido, a militarização não se manifesta apenas nos episódios de violência ou nos confrontos entre torcidas, mas na própria forma como as relações entre esses grupos são organizadas, estruturando alianças, rivalidades, formas de cooperação e a definição contínua de quem pertence ao grupo e de quem deve ser combatido. Essa forma de organização não se restringe à definição de aliados e adversários, mas também orienta as formas pelas quais os confrontos entre torcidas organizadas são planejados e executados. Os vínculos de lealdade e reciprocidade estabelecidos entre grupos aliados implicam responsabilidades mútuas de proteção,

3 Torcida organizada vinculada ao Clube de Regatas do Flamengo, do Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

4 Grupo organizado de torcedores do Club Atlético Lanús, de Lanús, na província de Buenos Aires, Argentina.

apoio e mobilização, enquanto a identificação do inimigo orienta estratégias de enfrentamento, ocupação de territórios e preparação para os conflitos.

Sob essa perspectiva, a violência não se apresenta apenas como um fenômeno espontâneo, mas envolve formas específicas de organização dos confrontos. A violência é, portanto, ambientada por códigos de conduta ou “etiquetas” compartilhados entre as torcidas, que estabelecem o que é considerado permitido ou não permitido nas disputas contra grupos adversários (Rezende; Silva; Lopes, 2026). Essas “etiquetas” também se manifestam nas formas de enfrentamento e nos instrumentos utilizados nos confrontos. No contexto das torcidas organizadas, diferentes formas de armamento podem ser utilizadas, mas sua presença e utilização estão relacionadas às normas e concepções de confronto construídas pelos próprios grupos (Rezende; Silva; Lopes, 2026). Esses códigos revelam que, longe de se reduzirem à imagem de grupos meramente violentos, as torcidas se mostram complexas e multifacetadas. Seus confrontos envolvem planejamento, mobilização e coordenação, geralmente entre grupos rivais, e a disputa não se limita ao resultado esportivo, estendendo-se à afirmação de superioridade, à defesa de territórios e à busca por reconhecimento.

A preparação para os confrontos, assim como a disciplina e a organização hierárquica, faz parte das práticas das torcidas organizadas, que internalizam princípios de hierarquia, disciplina e territorialidade (Nascimento, 2025). Essas características podem ser analisadas a partir do conceito de militarismo proposto por Eastwood (2018), que o compreende como uma ideologia que legitima a violência. Assim, a presença desses princípios nas práticas das torcidas evidencia como formas de organização e valores associados ao universo militar podem orientar relações e práticas desenvolvidas em um espaço civil. As músicas, os bandeirões e outras manifestações das torcidas organizadas mobilizam símbolos e linguagens associadas ao universo militar, como cânticos de guerra e referências ao combate (Nascimento, 2025). Essas manifestações podem alcançar também torcedores que não integram as organizadas, contribuindo para a circulação de símbolos e práticas produzidos por esses grupos nas arquibancadas (Nunes, 2008). Essa circulação também se expressa na forma como determinadas partidas e seus adversários são representados pela linguagem das torcidas. No futebol brasileiro, a expressão “Quarta-feira é guerra” é utilizada em partidas de maior importância, especialmente em jogos eliminatórios, para representar o jogo como um momento de enfrentamento direto entre equipes rivais. A expressão exemplifica a incorporação da linguagem da guerra à experiência futebolística, ao representar a partida como um confronto (Rocha, 2020).

A abordagem dos Estudos Críticos Militares nos permite compreender os conflitos entre torcidas organizadas para além de “eventos bárbaros” esporádicos, considerando-os também como parte de práticas e lógicas que se manifestam no cotidiano. Essas manifestações não se restringem aos confrontos físicos, mas também aparecem em símbolos, discursos e formas de representar a relação com os adversários.

A linguagem bélica também está presente nas formas pelas quais as torcidas organizadas representam sua relação com os adversários. Expressões como “guerra”, “batalha” e “combate” podem representar a partida como um momento de enfrentamento entre grupos. Rocha (2020), ao analisar a metáfora conceitual “futebol é guerra”, mostra como categorias do universo bélico são projetadas sobre o futebol, fazendo com que partidas sejam compreendidas como batalhas. Essa representação não se limita a um caso isolado, mas aparece em diferentes manifestações das torcidas, especialmente em jogos de maior importância. Um exemplo ocorreu em novembro de 2023, quando o Vitória recebeu o Vila Nova, pela 34ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, em meio à disputa pelo acesso à Série A. Na ocasião, a Torcida Uniformizada Os Imbatíveis (TUI)⁵ preparou um mosaico com a mensagem “É guerra”.



Figura 1 – Mosaico da torcida do EC Vitória
Fonte: Victor Ferreira/EC Vitória (2023)

5 A Torcida Uniformizada Os Imbatíveis (TUI) é uma torcida organizada do Esporte Clube Vitória, de Salvador (BA).

O mosaico reconstituído pelo exemplo desta partida materializa a lógica das inimizades ao representar o jogo como um momento de enfrentamento análogo à guerra. A torcida mobiliza uma referência do universo bélico para construir uma representação coletiva daquele jogo e de seu adversário. Assim, a imagem pode evidenciar como as torcidas organizadas incorporam símbolos e referências da guerra à experiência futebolística. O mosaico contribui para produzir o sentido do jogo como uma batalha, ressaltando a dimensão simbólica do processo de militarização.

Ao evidenciar a presença de elementos de militarização nas práticas das torcidas organizadas, é possível compreendê-la como um processo no qual determinadas formas de organização e práticas relacionadas ao confronto passam a fazer parte do cotidiano desses grupos. Nesse processo, pertencimento, território, honra e conflito se entrelaçam. Isso permite observar como, em contextos distintos, a violência pode ser acompanhada por códigos que estabelecem limites para sua prática. Se nos conflitos internacionais os exércitos operam através de seus próprios códigos de valores e diante de normas estabelecidas pelo direito internacional – ainda que por vezes as violem – entre as torcidas organizadas também existe uma “etiqueta” que ordena o que é ou não aceitável nos combates, podendo, portanto, também haver transgressões a essas normas.

Nesse sentido, a “etiqueta”, frequentemente chamada de “ideologia”, é por vezes estabelecida institucionalmente dentro das diretrizes da torcida, mas mantida de forma difusa a partir da evocação da “honra”. A existência desses códigos mostra que a violência entre torcidas é acompanhada por formas próprias de organização e regulação, nas quais se definem condutas, limites e formas de enfrentamento. Ao considerar a militarização como um processo produzido e reproduzido nas práticas sociais (Basham, 2022), torna-se possível perceber que o militarismo não se manifesta apenas em instituições ou situações diretamente relacionadas à guerra. As torcidas organizadas mostram, assim, que o próprio lazer e o entretenimento podem ser atravessados por valores, práticas e formas de organização associados ao militarismo e à militarização, fazendo do futebol também um espaço de produção e reprodução dessas lógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASHAM, Victoria. M. Everyday modalities of militarization: beyond unidirectional, state-centric, and simplistic accounts of state violence. *Critical Military Studies*, vol. 10(2), 142–146, 2022.

CABRERA, Nicolás; SOUSA, Raquel; SUDÁRIO, João Vitor. Mapa das Alianças entre Torcidas Organizadas. Linha Violências e Convivências no Futebol. ArcGIS Online, 30 set. 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/93ac1rq>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CABRERA, Nicolás; SOUSA, Raquel de Oliveira; SUDÁRIO, João Vitor Cardoso. O amigo do meu inimigo é meu amigo? Violências no futebol brasileiro e alianças entre Torcidas Organizadas. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 42–61, 2025. DOI: 10.35699/2526-4494.2025.v10.58957. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/58957>. Acesso em: 01 set. 2026

CALVANO, Guilherme. Recepção e parceria: A longa “amizade sem fronteiras” entre Lanús e Flamengo. *Trivela*, 22 abr. 2025, atualizado em 22 jul. 2025. Disponível em: <https://trivela.com.br/america-do-sul/sul-americana/vasco-lanus-flamengo-torcida/>. Acesso em: 01 set. 2026.

FERREIRA, Victor. Imagem do mosaico da torcida do EC Vitória. 1 fotografia. Disponível em: <https://meuvitoria.com.br/noticias-do-vitoria/e-o-vitoria-mosaico-e-guerra-faz-sucesso-na-web-veja-como-foi-a-repercussao/>

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

NASCIMENTO, Camylle Caldas Barreto do. Militarismo e torcidas organizadas no futebol: o torcedor enquanto (re)produtor e sujeito de violência. In: VII ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE PAZ / ISA-PSS, 2025. Anais [...]. 2025.

NEPOMUCENO, Thyago Celso Cavalcante et al. Exploring the Bedouin Syndrome in the Football Fan Culture: Addressing the Hooliganism Phenomena through Networks of Violent Behavior. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 15, p. 9711, 2022. DOI: 10.3390/ijerph19159711.

NEXUS. 47% dos brasileiros assistem a, pelo menos, um jogo de futebol por semana. 2025. Disponível em: <https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/47-dos-brasileiros-assistem-a-pelo-menos-um-jogo-de-futebol-por-semana/>. Acesso em: 15 jul. 2026.

NUNES, Rafael da Silva. O desfraldar das bandeiras: as torcidas organizadas do Rio de Janeiro e suas territorialidades no entorno do estádio do Maracanã. *GeoPuc*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://geopuc.emnuvens.com.br/revista/article/view/34>. Acesso em: 01 set. 2026.

ROCHA, Carlos Renato Mascoto. A linguagem bélica do futebol: a metáfora conceptual futebol é guerra. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 8-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/29577>. Acesso em: 01 ago. 2026

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. *Esporte e Sociedade*, Niterói, n. 28, p. 1-26, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48474>. Acesso em: 02 set. 2026.

Expediente

COORDENAÇÃO E DIREÇÃO DO BOLETIM 2: Clarissa Nascimento Forner e Jana Tabak

EDIÇÃO GRÁFICA: Ana Luisa Videira

REVISÃO: Clarissa Nascimento Forner e Jana Tabak

Contato: boletimlabseg@gmail.com

Equipe

DOCENTES

Layla Dawood - coordenadora
JanaTabak - vice-coordenadora
Alana Camoça G. de Oliveira
Clarissa Nascimento Forner
Isa Lima Mendes
Thales Leonardo de Carvalho

DISCENTES

Pós-graduandos

Camylle Caldas (Mestranda)
Carolina Rodrigues Paiva (Mestranda)
João Pedro Palmieri Ramos (Mestrando)
Marcos do Vale Araujo (Doutorando)
Vanessa Bandeira (Doutoranda)

Graduandos

Alice França de Carvalho Miranda
Bernardo Araujo de Souza Siqueira
Brenda Bizarelo dos Santos
Clara Klimeck Gouvea Gama
Evelyn Barbosa da Silva
Isabel Neves Santana
Julianna Mezine Coelho Correa
Kamila Meyvis Pequeno dos Santos
Maria Carolina dos Santos Peres
Maria Eduarda Oliveira Pereira
Maria Eduarda Silva Brasil
Nicole Cordeiro Ribeiro Schmitt Cunha
Nicolas Lopes Whately
Pablo de Moraes Barros Vicente
Sophia Ribeiro Siqueira
Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes
Tiago Pacheco Barbosa

COMO CITAR O Boletim LabSEG

MIRANDA, Alice França de Carvalho; DA SILVA, Evelyn Barbosa; PEREIRA, Maria Eduarda Oliveira. Brincadeira como espaço político: a militarização do cotidiano e a agência das crianças. **Boletim LabSEG**, a.1, n.2, p. 7-11, 2026.

GAMA, Clara Klimeck Gouvea; SIQUEIRA, Sophia Ribeiro. A farda que o cotidiano veste: a incorporação do militarismo na moda. **Boletim LabSEG**, a.1, n.2, p.12-17, 2026.

PERES, Maria Carolina dos Santos; VICENTE, Pablo de Moraes Barros. A violência como espetáculo: Tropa de Elite e a militarização do cotidiano. **Boletim LabSEG**, a.1, n.2, p.18-22, 2026.

DOS SANTOS, Kamila Meyvis Pequeno; CUNHA, Nicole Cordeiro Ribeiro Schmitt; BARBOSA, Tiago Pacheco. Entre Aliados e Inimigos: a militarização das torcidas organizadas. **Boletim LabSEG**, a.1, n.2, p.23-29, 2026.